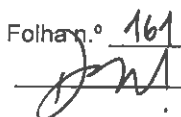


# ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º 161



## -----ATA N.º 22-----

### **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA**

**EM 29 DE DEZEMBRO DE 2016:** Aos vinte e nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezasseis, reuniu pelas vinte horas e trinta minutos, em sessão ordinária, na Escola Profissional Vasconcellos Lebre, a Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída pela Senhora Presidente da Mesa, Daniela de Melo Esteves e pelos 1.º e 2.º Secretário, o Senhor António Ferreira Ribeiro e a Senhora Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: Período Destinado à Intervenção do Público; Período Antes da Ordem do Dia; Ordem do Dia: -----

- 1) Votação da Ata n.º 21; -----
- 2) Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----
- 3) Revisão Orçamental n.º 3; -----
- 4) Listagem dos Compromissos Plurianuais; -----
- 5) Documentos previsionais para o ano de 2017 – Proposta 45/2016; -----
- 6) Nomeação de Auditor Externo – Informação n.º 42/DF/2016; -----
- 7) Proposta n.º 32/2016 – Taxa Municipal dos Direitos de Passagem para aplicação no ano de 2017; -----
- 8) Proposta n.º 33/2016 – Requalificação da Rua de S. Miguel – Casal Comba – Construção de Passeios e Valetas; -----
- 9) Proposta n.º 40/2016 – Delegação de Competências na União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes – Requalificação do Largo de S. José – Póvoa da Mealhada; -----
- 10) Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para assunção de compromissos plurianuais – Proposta n.º 46/2016; ----
- 11) Proposta n.º 47/2016 - Mapa de Pessoal para 2017; -----
- 12) Regulamento do Programa de Incentivo à Recuperação do Património Edificado Concelhio (PIRPEC); -----
- 13) Protocolo de Colaboração no âmbito dos controlos oficiais entre a Direção Geral de Alimentação e Veterinária e a Câmara Municipal. -----

O 1.º Secretário da Mesa, Senhor António Ferreira Ribeiro, procedeu à chamada dos membros da Assembleia Municipal. -----

Os Senhores Deputados Municipais Bruno Manuel Pereira Coimbra, Maria Clara Luxo Correia, Ana Filipa Varela Soares Pereira e António Nogueira das Neves, solicitaram a sua substituição, o que se veio a verificar por Iolá Marina Gaspar Batista, Pedro Manuel Esteves Almeida Simões, António Filipe dos Santos Azevedo Pinho e João Manuel Lima Louceiro. O Senhor António Filipe dos Santos Azevedo Pinho, não esteve presente na sessão. O Senhor Presidente da Junta da Freguesia de Luso solicitou a sua substituição, o que se veio a verificar pelo Vogal-Secretário, João Carlos Henriques Silva. -----

Seguidamente a Senhora Presidente da Mesa procedeu à leitura da renúncia do mandato de António Miguel de Miranda Ferreira, apresentada nos termos do artigo 76.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e comunicou que tinha sido feita a convocatória do membro substituto, Paula Cristina Cardoso Pinheiro Machado Pinto, nos termos do artigo 79.º da já citada Lei. (início: após 16 minutos; fim: após 18 minutos).-----

**PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** -----

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se havia intervenções do público tendo-se inscrito a Senhora Ana Raquel Meira Costa. -----

No uso da palavra, esclareceu que intervinha em nome dum comissão de pais de atletas dos escalões de iniciados e juvenis do Clube Desportivo do Luso. Referiu que na época anterior o clube teve de recorrer à utilização de campos fora do concelho e que a utilização dos balneários foi prejudicada. Tendo conhecimento que nos meses de janeiro e fevereiro, o campo 1 do Centro de Estágios do Luso, seria utilizado por equipas estrangeiras, questionou sobre o motivo da demora na entrega do Campo Jorge Manuel, uma vez que se encontrava pronto (início: após 20 minutos; fim: após 25 minutos) -----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu à intervenção anterior, mostrando a sua compreensão pelo exposto e explicando que a conclusão da situação está apenas dependente da assinatura o auto de entrega pelo empreiteiro e da responsabilização do mesmo. A partir desse momento o campo estará pronto para ser utilizado. Quanto aos balneários, o Município está a fazer todos os possíveis para dotar o campo dessa estrutura, no mais curto de espaço de tempo, não arriscando prazos porque os concursos demoram o seu tempo. Relativamente aos motivos da demora, explicou que a Câmara Municipal foi confrontada com um projeto que não tinha condições para ser aprovado e foi necessário elaborar outro, o que implicou novo concurso. Depois de todo o procedimento, o senhor empreiteiro não cumpriu com os prazos da obra, o que implicou a aplicação de uma multa. -----

(início: após 25 minutos; fim: após 31 minutos) -----

A Senhora Cristina Alves pediu a palavra para questionar se o projeto não tinha condições de ser aprovado qual a razão para a Câmara Municipal ter demolido os balneários antes do projeto ser revisto. -----

(início: após 32 minutos; fim: após 34 minutos) -----

O Senhor Presidente da Câmara informou que não fazia parte do Executivo anterior, pelo que solicitava a intervenção do Senhor Vereador José Calhoa para esclarecer. -----

(início: após 36 minutos; fim: após 39 minutos) -----

O Senhor Vereador José Calhoa explicou que perante o declive do terreno, foi decidido pelo anterior executivo, com a concordância do Senhor Presidente da Junta do Luso, o falecido Senhor Homero Serra, do Presidente do Clube e do Vereador, Senhor Júlio Penetra, manter a configuração atual. Relativamente aos balneários, foi feita, na altura, uma avaliação estrutural e verificaram-se imensas

endas e perigo de ruína, tendo então sido decidida a demolição dos mesmos. Também foi equacionada a hipótese de fazer um campo novo em cima de "pano velho" ou fazer tudo de novo e a opção foi fazer um campo excelente, como atualmente existe, assim como, os necessários balneários.-----

(início: após 39 minutos; fim: após 42 minutos) -----

Para finalizar a explicação, o Senhor Presidente da Câmara referiu que os corpos dirigentes do Grupo Desportivo do Luso foram sempre informados de todo o processo e sobre o desenvolvimento da obra. -----

(início: após 43 minutos; fim: após 48 minutos) -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa deu início ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

1) A Senhora Deputada Municipal Isabel Lemos pediu a palavra para ler a seguinte intervenção: -----

"-----**PROPOSTA DE MOÇÃO**-----

*40 Anos das Primeiras Eleições Autárquicas*-----

*Comemoram-se em 2016 os 40 anos das primeiras Eleições Autárquicas.* -----

*A Revolução de Abril de 1974, desencadeada pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), culminando uma longa e heróica luta, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais.* -----

*O 25 de Abril, entre outras conquistas, deu aos portugueses a possibilidade de participarem e intervirem na resolução dos problemas locais, e a capacidade de eleger e ser eleitos para os órgãos das autarquias locais.* -----

*A 12 de Dezembro de 1976, no seguimento dum intenso e fecundo trabalho realizado com uma ampla participação popular, pelas comissões administrativas dos municípios e freguesias, criadas logo a seguir ao 25 de Abril de 1974, realizaram-se em Portugal as primeiras eleições democráticas para as autarquias locais, nos 304 municípios e 4034 freguesias então existentes.* -----

*O Poder Local Democrático constitui uma das mais significativas transformações democráticas operadas com o 25 de Abril. Parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder, é amplamente participado, plural, colegial, democrático e dotado de autonomia administrativa e financeira. Está consagrado na Constituição da República Portuguesa.* -----

*O Poder Local Democrático afirmou-se, operando profundas transformações sociais, com importante intervenção na melhoria das condições de vida das populações e superando enormes carências, incluindo na resolução de problemas que excedem em larga medida as suas competências.* -----

*Alheios à importância que o Poder Local representa para as populações e para a resolução de muitos dos seus problemas, os anteriores governos desferiram ataques ao Poder Local, à sua autonomia e a elementos essenciais, com destaque para os obstáculos ao processo da regionalização, ainda por concretizar apesar de consagrado na Constituição, as consecutivas alterações ao regime*

*jurídico e financeiro das autarquias e ultimamente o contestado processo de extinção e fusão de freguesias que tarda a ser revertido. -----*

*As comemorações dos 40 anos das primeiras eleições autárquicas, devem ser um momento para afirmar a importância e o papel do Poder Local Democrático, e o que representa como espaço de afirmação e realização de direitos e aspirações populares. -----*

*Um momento de convergência e unidade dos democratas, em defesa do Poder Local Democrático e dos valores de Abril, consagrados na Constituição da República. -----*

*Face ao exposto, a Assembleia Municipal da Mealhada, reunida em 29/12/2016, delibera: -----*

*1. Saudar as primeiras eleições autárquicas, realizadas a 12 de Dezembro de 1976, e as transformações económicas, sociais e culturais operadas pelo Poder Local Democrático ao longo destes 40 anos. -----*

*2. Reclamar para as autarquias locais, a autonomia e os meios necessários para responder às necessidades e anseios das populações e do desenvolvimento local, assim como a reposição de freguesias, conforme a vontade das populações e dos órgãos autárquicos e a criação das regiões administrativas, conforme consagrado na Constituição da República Portuguesa. -----*

*Os deputados municipais do PCP -----*

*Maria Isabel Lemos, João Louceiro” -----*

*(início após 49 minutos; fim após 56 minutos) -----*

A Senhora Presidente da Mesa colocou à votação, tendo votado a favor os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Rodrigo Manuel Gomes Breda, Iolanda Maria Gaspar Batista, António Ferreira Ribeiro, Ana Paula Ribeiro Coelho, Pedro Manuel Esteves de Almeida Simões, Maria Isabel Pinto Lemos, Luís Filipe Tovim Ferreira, Nuno Miguel Cerveira de Melo, Jorge Filipe de Almeida, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, Manuel Amorim da Silva, Paula Cristina Cardoso P. Machado Pinto, António da Silva Laranjeira, João Manuel Lima Louceiro, Luís Miguel Pereira Brandão, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Isabel Dias Santiago, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis e os Senhores Presidentes de Junta, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Manuel Lindo Cardoso, João Carlos Henriques Silva, Vítor Manuel Alves de Matos, João Carlos Ferreira dos Santos e Carlos Ferreira da Rocha Gomes; o Senhor Deputado Municipal, Manuel Jacinto Gaspar Silva, absteve-se. -----

A Moção foi aprovada, por maioria, com vinte e cinco votos a favor e uma abstenção.-----

2) No uso da palavra, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço felicitou o Município pela gestão financeira de dinheiros públicos, pois pelas notícias divulgadas, o Município de Mealhada consta do “ranking” nacional como um dos municípios com melhor saúde financeira. -----

*(início: após 58 minutos; fim: após 1 hora) -----*

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º 163

---

3) No uso da palavra, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba, congratulou o Município por ter recebido a Bandeira Verde com Palma, prémio atribuído aos “Municípios Familiarmente Responsáveis”, por serem considerados “amigos” das famílias, referindo que a Junta de Freguesia se associou a este projeto, tendo preparado cabazes com bens alimentares para entregar a famílias carenciadas. Relativamente à instalação da feira de Santa Luzia, não terá que passar por Coimbra, uma vez que se realiza no concelho da Mealhada, nas freguesias de Barcouço e Casal Comba. -----

(início: após 1 hora; fim: após 1 hora e 15 minutos) -----

4) De seguida, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Vacariça, felicitou a Câmara Municipal da Mealhada pelo trabalho desenvolvido para o reconhecimento da Mealhada como destino gastronómico do ano de 2016, tal como foi nomeada.

(início: após 1 hora e 18 minutos; fim: após 1 hora e 21 minutos) -----

5) No uso da palavra, o Secretário da Junta de Freguesia de Luso, Senhor João Carlos Henriques Silva, referiu o galardão Eco Escolas, recebido pelo Município da Mealhada, pela participação das escolas, realçando que foi o concelho com maior representação do Distrito de Aveiro, felicitando Câmara Municipal e fazendo votos de que o projeto continue e que no próximo ano já possa contar com a participação da E.B. de Luso (início após 1 hora e 22 minutos; fim após 1 hora e 25 minutos) -----

6) O Senhor Presidente da União das Freguesias da Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes, congratulou o trabalho feito pela Câmara Municipal merecedor do galardão Bandeira Verde ECO XXI, pelas práticas ambientais de sustentabilidade.

(início após 1 hora e 25 minutos; fim após 1 hora e 28 minutos) -----

7) No uso da palavra o Deputado Municipal, Senhor Luís Brandão para solicitar um esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara sobre a instalação da feira de Santa Luzia, uma vez que foi referido pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba, que se encontra no concelho da Mealhada. (início: após 1 hora e 28 minutos; fim: após 1 hora e 30 minutos) -----

A Senhora Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os devidos esclarecimentos e no uso da mesma, referiu que no sentido Mealhada-Coimbra, a feira se desenvolve mais no concelho da Mealhada, mas, no oposto, encontram-se feirantes em território que pertence ao Município de Coimbra. Assim, se não houver acordo com Coimbra, e se Coimbra não exercer a proibição de feirantes, mesmo que seja proibida a feira do lado da Mealhada, os feirantes irão para o outro lado da estrada, continuando o problema. Concluiu ser fundamental que os Municípios de Coimbra e Mealhada garantam duas coisas: primeiro, que terão apoio das autoridades policiais, segundo, que seja dada uma alternativa às pessoas que querem vender. (início: 1 hora e 30 minutos; fim: após 1 hora e 34 minutos) -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa deu início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

A Senhora Presidente da Mesa propôs a alteração da Ordem do Dia para que a Senhora Chefe da Divisão Financeira e a Senhora Chefe da Divisão de Gestão Urbanística, se pudessem ausentar após a discussão dos assuntos sobre os quais estavam presentes para poderem prestar esclarecimentos. Assim, colocou à votação a proposta de alteração à Ordem do Dia: os pontos 10 e 12 passariam para 6 e 7, respetivamente, o que foi aprovado por unanimidade e em minuta para produção de efeitos imediatos. -----

**1) VOTAÇÃO DA ATA N.º 21:** -----

A Senhora Presidente da Mesa esclareceu que a Ata não foi enviada, por não ter sido possível ser elaborada e corrigida em tempo, pelo que, seria retirado o ponto 1 -----

**2) INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO:** -----

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que apresentou a sua disponibilidade para prestar quaisquer esclarecimentos. (início: após 1 hora e 38 minutos; fim: após 1 hora e 39 minutos) -----

1) No uso da palavra, a Senhora Deputada Municipal, Isabel Lemos, pediu a palavra, para ler a seguinte intervenção: -----

*“O PCP vem respeitosamente colocar duas questões ao Senhor Presidente da Câmara. -----*

*1 – No âmbito do PDR 2020 terminará em breve (31/1/2017), o prazo para a apresentação de candidaturas para intervenções florestais pós incêndios. -----*

*Estivemos a consultar o edital de candidatura e constatámos que várias freguesias da Mealhada estavam classificadas como elegíveis para estes projetos. -----*

*Tendo em conta as preocupações expressas pelo Senhor Presidente da Câmara, quanto aos incêndios florestais, e que a autarquia tem serviços técnicos especializados, queríamos saber: -----*

*- quantas candidaturas foram apresentadas? -----*

*- a autarquia, enquanto proprietário florestal, candidatou-se ou não era elegível? --*

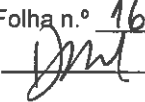
*- que ajuda, apoios e esclarecimentos, foram prestados aos particulares, tendo em conta a complexidade destes processos e, também, o fato de, apesar da propriedade ser privada, se tratar de uma matéria com interesse público? -----*

*2 – A segunda questão está relacionada com o Decreto-Lei n.º 163/2006 e a adaptação dos edifícios, instalações e espaços públicos, no sentido de serem acessíveis a todos, particularmente às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Esta legislação apontava para um período de 10 anos para se proceder ao mapeamento dos edifícios, instalações e espaços que careçam de intervenção e o estabelecimento de prioridade de intervenção. -----*

*Circulando pela cidade, verificamos ainda a existência de edifícios sem acessibilidade para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, designadamente a própria Câmara Municipal, que tem serviços até no sótão. -----*

*Qual o ponto de situação? -----*

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º 164  


Muito obrigado. -----

Os deputados municipais do PCP -----

Isabel Lemos, João Louceiro". -----

(início: após 1 hora e 40 minutos; fim: após 1 hora e 43 minutos) -----

2) O Senhor Deputado Municipal, Luís Brandão, questionou sobre a taxa de execução que foi de trinta e um por cento, a quinze dias do final do ano; sobre o último ponto do documento apresentado pelo Gabinete Técnico Florestal que refere a elaboração do Plano Municipal da Defesa da Floresta contra incêndios de Mealhada, mas, segundo o site da Câmara Municipal esse plano já existe desde 2006; sobre as iniciativas da CIM Coimbra quanto à existência de alguma estratégia, tendo em conta a situação lamentável de incêndios ocorrida em agosto; sobre o Plano de Emergência Municipal; sobre a situação da utilização de um espaço que seria a Zona Industrial de Barrô; e sobre a data de funcionamento das casas de banho colocadas no Lago do Luso e o acesso ao parque infantil. -----

(início após 1 hora e 43 minutos; fim após 1 hora e 48 minutos). -----

3) Interveio o Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, para se referir a uma primeira questão relacionada com o Boletim Municipal, afirmando que o PCP, várias vezes, referiu que a atividade na Assembleia Municipal não tinha uma tradução, naquela publicação, que valorizasse o órgão. Considerou que esse problema se encontra um pouco ultrapassado, pensando que houve umas declarações do Senhor Presidente da Câmara, no sentido do Boletim deixar de ser editado em papel, e passar a ter outra forma, sendo uma decisão com preocupações ecológicas. Actualmente, com as faturas da água é recebida uma "newsletter" da Câmara, afirmando não estar contra a prestação de contas da atividade da Câmara, mas parece haver qualquer coisa que não joga uma com a outra, pois, acabou-se com o Boletim Municipal que suscitou problemas, como foi o caso da questão que nunca teve resposta que era a razão da sua distribuição ser feita, juntamente, com um jornal do concelho. Acrescentou que todas aquelas questões foram superadas com o fim da edição em papel, havendo agora a edição em papel da "newsletter". Referiu que o Boletim Municipal em formato eletrónico é menos acessível, não sendo possível descarregar, mas é coerente, pois, o último número que encontrou mantém uma descrição da atividade da Assembleia Municipal que é uma inutilidade. Quanto à decisão de matriz ecológica, questiona como é que se conjuga com a edição mais regular da tal "newsletter". A segunda questão refere-se à prestação de informações da municipalização da educação. Há pouco tempo foi distribuída numa sessão do Conselho Municipal da Juventude uma informação com o controlo das transferências do Instituto de Gestão Financeira da Educação para o Município da Mealhada, registando estranheza por tal informação não fazer parte da documentação distribuída para a Assembleia. Apelou para que a referida informação fosse distribuída para uma próxima sessão e, eventualmente, contextualizada a notícia do balanço positivo de um ano de Contrato Interadministrativo da Educação feito pela Comissão de Acompanhamento. Questionou se se tratava da municipalização e referiu que já

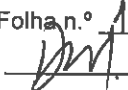
*sabiam que a avaliação ia ser positiva, gostando de conhecer os termos em que chegaram a tal conclusão. A notícia no "site" da Câmara sobre a matéria refere um relatório e o PCP considera importante que os eleitos da Assembleia tivessem acesso. Por último, menciona outra notícia do comunicado da Câmara, relativamente a uma situação de divergência que têm com a Câmara e à apreciação maioritária que foi feita na Assembleia, sobre as bolsas de mérito. Não querendo retirar o mérito devido a alunos que tiram bom resultado, mas não tiveram eco de que houvesse a perceção das consequências que foram levantando quanto ao reforço dos perfis socioeconómicos daqueles que mais facilmente ganham estes "campeonatos". Questiona se a Câmara está ou não a acompanhar e se é verdade ou não, esta leitura que fizeram que estes prémios tendem a valorizar e a voltar a valorizar quem já está em melhores condições de prestar boas contas em termos escolares. Terminou com um pedido de não esquecimento do disposto no Regimento quanto à renúncia de um deputado municipal e à publicação no Boletim Municipal, em editais, e no "site" da Câmara. Solicitou que, ao abrigo do número três do artigo cinquenta e seis do regimento, a intervenção fosse passada na integra para a ata". (início após 1 hora e 48 minutos; fim após 1 hora e 57 minutos) -----*

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões colocadas. -----

O Senhor Presidente da Câmara informou que a Câmara Municipal se encontra a preparar as candidaturas, na recuperação de caminhos florestais e de linhas de água, pois é isso que o 2.º Aviso permite, para o conjunto de freguesias atingidas pelos fogos. Concordou que o edifício municipal tem péssimas condições quanto às acessibilidades, mas também, nenhuma de segurança e higiene no trabalho, o que motivou o anterior Executivo a lançar o projeto para o novo edifício. Perante a falta de capacidade financeira do Município para tal investimento, foi procurado um projeto, financeiramente, mais razoável e que já se encontra pronto, com pareceres favoráveis e em condições de ser lançado o concurso em breve. Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Municipal, Luís Brandão, sobre taxas de execução, sugeriu que se aguardasse pela apresentação das contas. Quanto ao PMDFCI encontra-se em aprovação na CNF e quanto ao de Emergência Municipal, apesar de haver reuniões de trabalho nunca chegou a ser aprovado. Perante as condições, as críticas e as alterações legislativas, a comissão decidiu que a Câmara lançaria um concurso público para a execução de um novo Plano de Emergência Municipal. Quanto à questão sobre a CIM foi a primeira decisão da CIM não aprovar o projeto de videovigilância. Quanto à Zona Industrial de Barrô referiu que continua a ter um plano. No local são visíveis camiões da empresa Transportes Toscano que contestaram um embargo feito pela Câmara e que se encontra em apreciação nos serviços jurídicos da Câmara Municipal que continua a entender que a ocupação é ilegal, não tendo mudado de posição. Sobre as casas de banho no Luso, falta fazer uma rampa de acesso a deficientes. Quanto ao funcionamento do parque infantil é da exclusiva



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º 165  


responsabilidade da Junta de Freguesia. Sobre a intervenção do Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, referiu que a “newsletter” tem um princípio diferente do Boletim Municipal, atendendo a que este tem um conjunto de informação publicada, trimestralmente, que muitas vezes já se encontra ultrapassada e a “newsletter” contém informação mensal mais atualizada. Quanto às bolsas de mérito afirmou que qualquer coisa que premeie o mérito é sempre alguma coisa que desafia todos os que fazem parte da comunidade escolar a serem melhores e a procurarem também serem beneficiados. Quanto aos critérios, os alunos são indicados pelo Agrupamento que fará a análise. Acrescentou que irá junto do Conselho Geral traçar o perfil socioeconómico de todos aqueles que até hoje receberam Bolsas de Mérito. Relativamente ao Relatório do primeiro ano do contrato Interadministrativo, foi o mesmo à reunião de Câmara e poderá ser enviado a todos os membros da Assembleia Municipal se assim o entenderem. Entende que o contrato foi vantajoso, não só porque o Agrupamento recebe mais dinheiro do que recebia, mas também, pela possibilidade de fazer melhorias na Escola Secundaria e nos Jardins de Infância. (início: após 1 hora e 58 minutos; fim: após 2 horas e 24 minutos) -----

### **3) REVISÃO ORÇAMENTAL N.º 3:** -----

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu tratar-se da aplicação de saldo da Conta de Gerência do ano anterior. (início após 2 horas e 25 minutos; fim após 2 horas e 26 minutos) -----

Na ausência de inscrições, a Senhora Presidente da Mesa colocou o assunto à votação, tendo a Assembleia Municipal aprovado por unanimidade a REVISÃO ORÇAMENTAL N.º 3. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

### **4) LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS:** -----

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que referiu ser obrigação legal da Câmara Municipal, apresentar, anualmente, a Listagem dos Compromissos Plurianuais. -----

(início após 2 horas e 27 minutos; fim após 2 horas e 28 minutos) -----

A Senhora Deputada Municipal, Isabel Lemos, pediu a palavra para ler a seguinte intervenção: -----

*“O PCP vem respeitosamente colocar questões ao senhor Presidente da Câmara.*

*1.- Qual a justificação para haver na 1ª folha do anexo 1 a mesma parcela repetida: diz respeito a “Prestação de serviços, na modalidade de avença, de assessoria civil”? Se é uma gralha em que medida o valor do total está afetado? --*

*2. Na mesma folha, a que se deve a avultada quantia referente a apoio técnico à Biblioteca Municipal? -----*

*3. Ainda na mesma folha: a quantia de 608.85€: sms na plataforma da Educação: queremos saber do que se trata. -----*

*Muito obrigada -----*

*Os deputados municipais do PCP -----*

*Isabel Lemos, João Louceiro* -----

(início após 2 horas e 29 minutos; fim após 2 horas e 30 minutos) -----

No uso da palavra, o Senhor Deputado Municipal, Luís Brandão, formulou algumas questões referidas no documento, nomeadamente, sobre o significado de assessoria civil e assessoria mecânica; sobre a aquisição de serviços de internet móvel e a utilidade do serviço de sms; sobre a referência à iluminação de Natal nas localidades da Mealhada e Pampilhosa, perguntando se a associação atualmente responsável pelos festejos de Natal, no Luso, não poder tratar da iluminação, se há a possibilidade do Luso vir a ser incluído. (início: após 2 horas e 30 minutos; fim: após 2 horas e 32 minutos) -----

O Senhor Presidente da Câmara solicitou a intervenção da Senhora Chefe da Divisão para prestar os esclarecimentos técnicos. Explicou que a assessoria civil e assessoria mecânica, são os chamados PEPAL. O serviço de sms da plataforma da educação refere-se às mensagens enviadas aos pais dos alunos com diversas informações. Relativamente aos festejos de Natal, no Luso, referiu que a animação tem sido realizada por uma associação que tem um protocolo com a Câmara Municipal. Quanto à aquisição de serviços de internet móvel, a Câmara Municipal prepara uma candidatura de "Wi-Fi" para as zonas turísticas. (início após 2 horas e 32 minutos; fim após 2 horas e 36 minutos) -----

O Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, no uso da palavra, solicitou esclarecimentos sobre a verba de 18.500,00€ para prestação de serviços de apoio técnico à Biblioteca. Atendendo a que, em Dezembro, foram aprovados os compromissos plurianuais, por unanimidade, referiu que tentou encontrar o ficheiro com a gravação, para se recordar da fundamentação, mas, o mesmo não se encontrava no "site". (início após 2 horas e 36 minutos; fim após 2 horas e 40 minutos) -----


A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu que perante a falta de pessoal na Biblioteca Municipal, houve necessidade de celebrar um contrato de avença para reforçar o conjunto de pessoas que ali trabalham e a referida verba é o valor a pagar no próximo ano. (início após 2 horas e 41 minutos; fim após 2 horas e 42 minutos) -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS. -----

#### **5) DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2017 – PROPOSTA N.º 45/2016:** -----

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu que haverá uma reorganização interna dos serviços com um acréscimo de despesa, o que não foi possível refletir no Orçamento porque só no dia 28 de Dezembro foi publicado o Orçamento de Estado. Na área Social, na área da Educação e na área do Desporto, o Município tentará fazer mais, e se possível, melhor do que em 2016, assim como, na área da promoção do Município com a presença em várias feiras. Existem projetos prontos para serem lançados e outros já foram, como é o caso do Mercado da Pampilhosa, a requalificação do Bussaco

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º 166  


e as redes de água de Casal Comba. Haverá investimento nas chamadas cadeias curtas de comercialização, como incentivo para que os produtores de frescos possam utilizar o Mercado da Pampilhosa e o da Mealhada, tentando ainda a Câmara, fazer o possível para investir no regadio juntamente com a junta dos agricultores. Informou ainda, estarem, mais ou menos, assegurados cerca de dez milhões de euros de financiamento comunitário, o que permitirá ao Município um plano de fomento, talvez o maior de sempre, como, por exemplo, a ETAR da Mealhada, investimento na Escola Secundária, jardins de infância, a requalificação do mercado da Pampilhosa, a construção do mercado da Mealhada, o convento de Santa Cruz e capelas da Via Sacra, o novo edifício municipal, a ligação em alta e baixa do sistema da Mealhada, a requalificação da baixa da Pampilhosa, a reabilitação da piscina da Mealhada, a modernização administrativa com a aquisição de “software” e “hardware” que permitirá um atendimento único e desmaterialização de processos, o plano de ação de regeneração urbana e requalificação do centro histórico da Mealhada e os balneários do campo do Luso. Estes projetos são um resumo do que o Município se propõe a concretizar e que serão iniciados em 2017. Acrescentou que o Executivo continuará a apoiar as freguesias. (início após 2 horas e 42 minutos; fim após 2 horas e 55 minutos) -----

1) A Senhora Deputada Municipal, Isabel Lemos, pediu a palavra para ler a seguinte intervenção: -----

-----“O PCP vem respeitosamente colocar algumas questões ao senhor Presidente da Câmara. -----

1. No âmbito da agricultura, é referida a intervenção em vários regadios; foi feita alguma candidatura nesta área aproveitando a medida “Melhoria da Eficiência dos Regadios Existentes - Tipologia Operações em regadios tradicionais (3º Anúncio)” no quadro do PDR 2020? -----

2. Quanto aos eventos, seria bom que se decidissem por uma denominação no que se refere ao Concerto; aqui vem como de fim de ano; noutros pontos (ponto 2) vem como de Ano Novo. Bom, como se realiza sempre já em Janeiro, parece preferível “Concerto de Ano Novo”, aliás na tradição de vários concertos deste tipo, em Portugal e noutros países da Europa. -----

3. Já nos foram hoje e aqui dadas explicações sobre este assunto. No entanto, fomos contactados pelo Clube de Futebol do Luso e seleccionámos o problema, por isso o fazemos. Parece muito importante para a juventude qualquer protocolo que abra caminhos para realizações pessoais como é por exemplo o protocolo previsto com a Federação Portuguesa de Futebol; no entanto, será necessário assegurar primeiro das infra-estruturas. Vem isto a propósito das dificuldades sentidas na utilização do campo de futebol do Luso pelas equipas de formação e, na falta deste, as dificuldades na utilização de outros campos, alguns dos quais também têm demorado muito nas obras de requalificação, como o de Antes. Claro que as populações das várias localidades escolhem os horários mais adequados e andam as crianças do Luso a fazerem treinos fora, tarde e a más horas. -----  
Muito obrigada -----

*Os deputados municipais do PCP -----  
Isabel Lemos, João Louceiro -----*

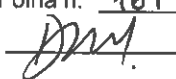
(início: após 2 horas e 55 minutos; fim: após 2 horas e 58 minutos) -----

2) O Senhor Deputado Municipal, Luís Brandão, pediu a palavra, e no uso da mesma, solicitou explicações sobre as referências à sala polivalente no Luso, o museu da água, a zona industrial de Barcouço, o campo de golfe, tudo obras que não serão para realizar e que apresentam o valor de um euro, e ainda, o orçamento participativo. (início: após 2 horas 59 minutos; fim: após 3 horas minutos) -----

3) O Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, pediu a palavra, e no uso da mesma, referiu-se às verbas do Orçamento, relativas à Mata do Bussaco e à recuperação daquele património que durante anos foi desprezado pelos governos e depois foi inventada a solução da Fundação que faz o seu melhor na conservação, mas muito do seu trabalho nem é precário, assentando muitas vezes, no voluntariado, acabando a Autarquia por assumir um papel num património de carácter nacional. Relativamente ao direito à habitação entende que não tem tido o devido eco. Sublinhou a importância do investimento e dinamização da agricultura no Concelho. Acrescentou que a questão do canil não merece atenção, pois, não dignifica o Concelho havendo problemas que têm a ver com saúde pública e respeito pelos animais. Manifestou regozijo relativamente à verba e ao anúncio do protocolo com o Grémio de Instrução e Recreio da Pampilhosa. (início: após 3 horas; fim: após 3 horas e 10 minutos) -----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que as candidaturas ao regadio, foram prorrogadas por mais dois meses, decorrendo a fase do projeto. Relativamente aos campos de futebol e balneários, espera que a situação fique regularizada antes do final do ano. O campo da Antes está pronto, faltando apenas alguns acertos finais. A sala polivalente no Luso terá uma resposta, utilizando, ou não, o edifício do antigo cine-teatro. Para avaliar esta possibilidade, deverá uma empresa de consultoria em arquitetura, projetos de segurança e enquadramento urbanístico apurar se será possível, caso contrário, terá que ser encontrada outra solução. Relativamente ao orçamento participativo, lamentou que por uma decisão, incompreensível, do IP, não possa o mesmo ser acabado, faltando o parque PARKUR, havendo também constrangimentos na celebração de escrituras de terrenos, na Rua da Portaria, na Antes. Acrescentou que o orçamento participativo demonstrou dificuldades de execução que não eram previsíveis, pelo que, a Câmara Municipal juntamente com os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, ponderarão outra forma de orçamento participativo. Quanto ao G.I.R., houve uma negociação de acordo e foi aprovado um protocolo que é o menos intervencionista possível, com uma única exigência, por parte do Município, que é o G.I.R. ter a preocupação com uma política cultural. Relativamente ao canil municipal, a Câmara Municipal tem a preocupação de ter uma veterinária que possa assessorar. O canil municipal preocupa o Município e pode não aparecer em 2017, e apenas, no ano seguinte, pois, não se trata de uma

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º 167  


construção barata e tem exigências enormes. Esclareceu que relativamente ao direito à habitação, não tem havido, pelos Governos, muita vontade de ajudar as autarquias, defendendo a recuperação do património existente. (início: após 3 horas e 10 minutos; fim: após 3 horas e 32 minutos).-----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa colocou o assunto à votação, tendo votado a favor, os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Rodrigo Manuel Gomes Breda, António Ferreira Ribeiro, Ana Paula Ribeiro Coelho, Luís Filipe Tovim Ferreira, Jorge Filipe de Almeida, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, Manuel Amorim da Silva, António da Silva Laranjeira, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis e os Senhores Presidentes de Junta, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Manuel Lindo Cardoso, João Carlos Henriques Silva, Vítor Manuel Alves de Matos, João Carlos Ferreira dos Santos e Carlos Ferreira da Rocha Gomes; votaram contra, os Senhores Deputados: Manuel Jacinto Gaspar Silva, Pedro Manuel Esteves de Almeida Simões, Nuno Miguel Cerveira de Melo, Luís Miguel Pereira Brandão, Isabel Dias Santiago, e abstiveram-se, os Senhores Deputados: Iola Maria Gaspar Batista, Maria Isabel Pinto Lemos, Paula Cristina Cardoso P. Machado Pinto, João Manuel Lima Louceiro.-----

Os DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2017 – PROPOSTA N.º 45/2016, foram aprovados por maioria, com dezassete votos a favor, cinco votos contra e quatro abstenções. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

O Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, pediu a palavra para referir: -----  
*“Para uma curta declaração de voto, comparando o resumo do orçamento para 2016 com o de agora para 2017 percebemos por esse resumo que estamos a falar de orçamentos semelhantes. O PCP em anos anteriores não deixou de assinalar as dificuldades que uma Câmara, seja ela qual for, enfrentam para a elaboração dos orçamentos e para apontar os projetos estruturantes. São dificuldades que nós reconhecemos e que muitas delas foram ditadas e continuam a ser ditadas e esta é a questão que ainda está em mãos e que explica em parte a semelhança destes resumos do orçamento, são dificuldades que foram criadas ao longo do tempo, designadamente por um conjunto de medidas ditas de austeridade que asfixiaram largamente as autarquias. Reconhecendo por um lado o esforço feito neste contexto, mas ao mesmo tempo, reconhecendo que este é o orçamento da Câmara e que há à volta dele, realmente, um constrangimento, que permanece, que ainda é muito sentido, esperemos que não seja assim daqui a algum tempo, daí nesta apreciação que o PCP se abstém relativamente a estes documentos que vieram aqui hoje”. “Senhora Presidente, agradecia que ao abrigo do Regimento fosse transcrita a Declaração de Voto”. (início após 3 horas e 34 minutos; fim após 3 horas e 36 minutos) -----*

O Senhor Deputado Municipal, Luís Brandão, pediu a palavra e informou que a “Coligação Juntos pelo Concelho da Mealhada” enviaria uma Declaração de Voto

por "e-mail", na semana seguinte, solicitando a sua transcrição na ata. (início: após 3 horas e 36 minutos; fim: após 3 horas e 37 minutos) -----

**6) AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – PROPOSTA N.º 46/2016 (Ponto 10 da Ordem do Dia): -----**

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, e na ausência de inscrições, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que referiu que a Câmara Municipal apresenta todos os anos o pedido de autorização genérica e se a Assembleia Municipal não a conceder, cada contrato que tenha incidência plurianual, terá de ser apresentado, dificultando a eficácia. (início: após 3 horas e 37 minutos; fim: após 3 horas e 38 minutos) -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa pôs o assunto à votação, tendo votado a favor os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Jacinto Gaspar Silva, Rodrigo Manuel Gomes Breda, Iola Maria Gaspar Batista, António Ferreira Ribeiro, Ana Paula Ribeiro Coelho, Pedro Manuel Esteves de Almeida Simões, Luís Filipe Tovim Ferreira, Nuno Miguel Cerveira de Melo, Jorge Filipe de Almeida, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, Manuel Amorim da Silva, Paula Cristina Cardoso P. Machado Pinto, António da Silva Laranjeira, Luís Miguel Pereira Brandão, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Isabel Dias Santiago, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis e os Senhores Presidentes de Junta, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Manuel Lindo Cardoso, João Carlos Henriques Silva, Vítor Manuel Alves de Matos, João Carlos Ferreira dos Santos e Carlos Ferreira da Rocha Gomes; abstiveram-se os Senhores Deputados: Maria Isabel Pinto Lemos e João Manuel Lima Louceiro. ----

O pedido de AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – PROPOSTA N.º 46/2016, foi aprovado por maioria, com vinte e quatro votos a favor e duas abstenções. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

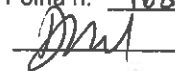
O Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, pediu a palavra para apresentar uma Declaração de Voto, referindo: "*A abstenção é feita e por nós assumida em coerência com o sentido de voto no ponto anterior*". (início: após 3 horas e 38 minutos; fim: após 3 horas e 39 minutos) -----

**7) REGULAMENTO DO PROGRAMA DE INCENTIVO À RECUPERAÇÃO DO PATRIMÓNIO EDIFICADO CONCELHIO (PIRPEC) (Ponto 12 da Ordem do Dia): -----**

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que informou sobre a presença da Senhora Chefe da Divisão, a Senhora Eng<sup>a</sup>. Margarida Costa, para poder prestar esclarecimentos técnicos. Esclareceu que o PIRPEC é o relançamento dum programa que existiu nos anos noventa para incentivo à recuperação da habitação. Tem quatro escalões e o Município entende que poderá ser adjuvante do programa de recuperação urbana prevista no PARU.

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º 168



A Câmara Municipal divulgará junto dos técnicos, mostrando a possibilidade de serem resolvidos pequenos e médios problemas nas habitações e ajudará quer com isenção de licenças e com a atribuição de verbas aos munícipes, para a recuperação das suas casas. (início após 3 horas e 39 minutos; fim após 3 e 41 minutos) -----

1) O Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, pediu a palavra, referindo que no passado deste programa se verificou um número escasso de candidaturas, e apesar de não estar por dentro da apreciação, parece que o valor atribuído não será suficiente para suscitar a necessidade ou a oportunidade de fazer as reparações em causa. Referiu a importância de uma campanha de sensibilização sobre o interesse na recuperação do património, havendo também algumas barreiras como o regime de propriedade múltipla e outras que são insuperáveis, uma vez que este subsídio exige o complemento de auto financiamento. Sublinhou ainda que o apoio técnico deve ser muito bem estruturado. (início: após 3 horas e 42 minutos; fim: após 3 horas e 45 minutos) -----

2) No uso da palavra, o Senhor Deputado Municipal, Luís Brandão, referiu que há cerca de três anos, ouviu, pela primeira vez, numa sessão da Assembleia, falar do PIRPEC, um programa que já tem dezasseis anos mas pouco trabalhado. Na apresentação do orçamento de há três anos, perguntou o que era o PIRPEC, tendo o Senhor Presidente explicado o significado da sigla. Pessoalmente gostou da ideia pois seria destinado à reabilitação urbana e também ficou com a ideia que o mesmo era destinado a pessoas carenciadas, ou seja, reabilitação urbana com o fator social envolvido, mas pelo que leu, não há qualquer diferenciação, se o candidato tem muito dinheiro ou se tem muito pouco dinheiro, pelo que sugeriu que numa futura revisão, uma vez que existem tantas majorações, que se majorasse caso o proprietário fosse identificado como economicamente carenciado. Colocou ainda outra questão, relativamente ao artigo oitavo em que há uma diferenciação entre a Mealhada, Luso e Pampilhosa, pois há total isenção de taxas para os prédios urbanos situados na ARU de Mealhada, contudo a isenção de cinquenta por cento sendo que os prédios que forem situados na ARU do Luso e Pampilhosa, pelo que fora da ARU será compreensível que a isenção seja de vinte e cinco por cento, mas perguntou o porquê da diferença entre Luso e Pampilhosa e a Mealhada. Sugeriu que para além da publicidade junto dos técnicos, também deverá ser feita junto das populações. Referiu ainda que é uma boa iniciativa mas que necessita de ser trabalhada. (início após 3 horas e 45 minutos; fim após 3 horas e 49 minutos) -----

Não havendo mais inscrições, a Senhora Presidente da Mesa, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que referiu, relativamente ao PIRPEC, ao contrário do que disse o Senhor Deputado Municipal, Luís Brandão, nas reuniões da Câmara, o que mais se discutiu foi a questão social e está tratada no documento em análise, porque na reunião de Câmara o que se discutiu foi que deve haver uma diferença entre alguém que tem rendimentos elevados e que os não tem e o PIRPEC vai favorecer quem os não tem. Posteriormente deu a palavra à Senhora

Engenheira Margarida, para prestar esclarecimentos sobre o PIRPEC. (início após 3 horas e 49 minutos; fim após 3 horas e 50 minutos) -----

A Senhora Chefe da Divisão Margarida Costa, referiu que o artigo oitenta, a) diz respeito ao RJUE e tem a disposição legal de ser feito a imposição legal de participação do início de trabalhos com cinco dias de antecedência. Quanto à diferenciação da isenção das taxas municipais na Mealhada e de cinquenta por cento no Luso e Pampilhosa, refere-se ao facto de Mealhada, a situação estar mais avançada e de que na Mealhada existir a tramitação de uma reabilitação urbana e simultaneamente existe a aprovação por parte da Assembleia Municipal de operação de reabilitação urbana, que é um documento orientador para a realização das ações contempladas, o que significa estar mais habilitada à área de reabilitação urbana do que propriamente Luso e Pampilhosa, daí a razão por que numa se faz a isenção e noutra a redução. (início após 3 horas e 50 minutos; fim após 3 horas e 52 minutos) -----

O Senhor Presidente da Câmara interveio, referindo que como área de prioridade existe a Mealhada uma vez que existem apoios comunitários, o que não acontecerá no Luso, nem na Pampilhosa, uma vez que as ARU têm que ser aprovadas superiormente e as ARU do Luso e Pampilhosa, não foram porque não existiam apoios comunitários. Referiu ainda, que quando o apoio se estender às Vilas, as ARU serão enviadas para aprovação superior e o programa PIRPEC será modificado, existindo uma diferenciação de territórios porque existe uma diferenciação de tratamento financeiro. (início após 3 horas e 52 minutos; fim após 3 horas e 57 minutos) -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa colocou o assunto à votação tendo o REGULAMENTO DO PROGRAMA DE INCENTIVO À RECUPERAÇÃO DO PATRIMÓNIO EDIFICADO CONCELHIO (PIRPEC) sido aprovado por unanimidade. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

**8) NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO – INFORMAÇÃO N.º 42/DF/2016 (Ponto 6 da Ordem do Dia):** -----

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, e na ausência de inscrições, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que esclareceu que a Câmara Municipal tem a obrigação de propor à Assembleia Municipal a nomeação do Auditor Externo, contudo, no decorrer do concurso, houve uma reclamação por parte de um candidato e aguarda-se o parecer da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, razão por que não é apresentada a proposta. (início: após 3 horas e 58 minutos; fim: após 4 h) -----

**9) PROPOSTA N.º 32/2016 – TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM PARA APLICAÇÃO NO ANO DE 2017 (Ponto 7 da Ordem do Dia):**

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, e na ausência de inscrições, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que informou que o



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º 169



valor da taxa é o mesmo do ano anterior. (início: após 4 horas e 01 minuto; fim: após 4 horas e 02 minutos) -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa colocou o assunto à votação, tendo a PROPOSTA N.º 32/2016 – TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM PARA APLICAÇÃO NO ANO DE 2017, sido aprovada por unanimidade. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

**10) PROPOSTA N.º 33/2016 – REQUALIFICAÇÃO DA RUA DE S. MIGUEL – CASAL COMBA – CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS E VALETAS (Ponto 8 da Ordem do Dia):** -----

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, e na ausência de inscrições, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que informou tratar-se de um contrato Interadministrativo que deve que ser apreciado pela Assembleia Municipal. (início após 4 horas e 02 minutos; fim após 4 horas e 03) -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa colocou o assunto à votação, tendo a PROPOSTA N.º 33/2016 – REQUALIFICAÇÃO DA RUA DE S. MIGUEL – CASAL COMBA – CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS E VALETAS, sido aprovada por unanimidade. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

**11) PROPOSTA N.º 40/2016 – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MEALHADA, VENTOSA DO BAIRRO E ANTES – REQUALIFICAÇÃO DO LARGO DE S. JOSÉ – PÓVOA DA MEALHADA (Ponto 09 da Ordem do Dia):** -----

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que esclareceu tratar-se de mais um contrato Interadministrativo, solicitando a aprovação, pela Assembleia Municipal, para o contrato ser executado. (início: após 4 horas e 03 minutos; fim: após 4 horas e 04 minutos) -----

O Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, pediu a palavra, e no uso da mesma afirmou que teve conhecimento que no “site” da Câmara e num jornal do Concelho existem declarações que dão este contrato Interadministrativo por aprovado, sendo certo que poderá ser aprovado ou rejeitado pela Assembleia Municipal, sendo também importante ouvir os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia envolvidos nestes contratos. (início após 4 horas e 04 minutos; fim após 4 horas 06 minutos) -----

O Senhor Presidente da Câmara interveio, para responder à intervenção anterior, referindo que o Contrato Interadministrativo foi de facto, aprovado pela Câmara. Estes dois trabalhos foram propostos pelos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, a Câmara Municipal elaborou os documentos, os documentos têm que ser aprovados pela Câmara, e depois, pela Assembleia Municipal. De facto consta no “site” que foram aprovados pela Câmara Municipal, mas que é necessário a aprovação da Assembleia Municipal, caso contrário, não avançavam. Acrescentou

ainda que os contratos terão de ser também aprovados pela Assembleia de Freguesia e Junta de Freguesia. A Câmara Municipal, como órgão executivo, aprova e tem que dar conhecimento dessa aprovação, contudo, se a Assembleia Municipal não aprovar, não entra em vigor (início após 4 horas e 06 minutos; fim após 4 horas e 08 minutos) -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa, colocou o assunto à votação, tendo a PROPOSTA N.º 40/2016 – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MEALHADA, VENTOSA DO BAIRRO E ANTES – REQUALIFICAÇÃO DO LARGO DE S. JOSÉ – PÓVOA DA MEALHADA, sido aprovada por unanimidade. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

**12) PROPOSTA N.º 47/2016 – MAPA DE PESSOAL PARA 2017 (Ponto 11 da Ordem do Dia):** -----

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que mencionou a obrigação da Câmara Municipal de apresentar o Mapa de Pessoal para 2017, juntamente com o Orçamento. Informou que se mantém o quadro de pessoal de 2016, acrescentando seis novos lugares: um engenheiro informático, um arquiteto, um técnico superior de contabilidade, dois assistentes técnicos e um assistente operacional, para, eventualmente, serem preenchidos em 2017. (início após 4 horas e 08 minutos; fim após 4 horas e 09 minutos) -----

1) O Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, solicitou um comentário sobre os dados do mapa de pessoal relativamente ao número de lugares não ocupados que são quarenta e três dos trezentos e quarenta e nove; e questionou sobre a existência ou não de contratos de emprego de inserção, na autarquia. (início: após 24 horas e 09 minutos; fim: após 4 horas e 10 minutos) -----

2) A Senhora Deputada Municipal, Isabel Lemos, referiu que poderia existir uma legenda explicativa do CTI e do CTR. (início: após 4 horas e 11 minutos; fim: após 4 horas e 12 minutos) -----

A Senhora presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que informou que a Câmara Municipal lançou, em muitos casos, contratos de avença para suprir necessidades de serviço, pretendendo agora regularizar situações que lhe foram impostas. A Câmara Municipal superou algumas dificuldades através do regime de mobilidade. Informou que existem alguns contratos de emprego de inserção, em menor número do que no passado, tentando acabar com os mesmos, na medida do possível. Existem alguns que são virtuosos, pois, na Câmara existem deficientes com contratos desse tipo. (início: após 4 horas e 12 minutos; fim: após 4 horas e 16 minutos) -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa, colocou o assunto à votação, tendo a PROPOSTA N.º 47/2016 – MAPA DE PESSOAL PARA 2017, sido aprovada por unanimidade. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º 170

*DM*

## 13) PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO NO ÂMBITO DOS CONTROLOS OFICIAIS ENTRE A DIREÇÃO GERAL DE ALIMENTAÇÃO E VETERINÁRIA E A CÂMARA MUNICIPAL: -----

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, e na ausência de inscrições, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que referiu que foi proposto à Câmara, pela DGAV, através duma Delegação de Competências, que ficasse responsável pela contratação e pagamento de veterinários municipais para a fiscalização de matadouros de leitões, na área do Município da Mealhada. (inicio após 4 horas e 17 minutos; fim após 4 horas e 19 minutos) -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa, colocou o assunto à votação, tendo o PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO NO ÂMBITO DOS CONTROLOS OFICIAIS ENTRE A DIREÇÃO GERAL DE ALIMENTAÇÃO E VETERINÁRIA E A CÂMARA MUNICIPAL, sido aprovada por unanimidade. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, pelas 24 horas e 20 minutos, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada, por mim,

Maria de Laçate Mendes Ferreira e Godinho Maria de Laçate Mendes Ferreira e Godinho, Técnica Superior, nomeada por Despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, para apoio administrativo à Assembleia Municipal, e pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. -----

*Maria de Laçate Mendes Ferreira e Godinho*

